

José de Oliveira Barbosa

(Marechal do Exército – Barão do Passeio Público
Visconde do Rio Comprido)

Cap. ADAILTON SAMPAIO PIRASSINUNGA

ENSAIO BIOGRÁFICO

"O passado, nas suas páginas eloquentes e sinceras, encerra a lição do futuro".

AUTRAN DOURADO

Dentre os nossos vultos militares do passado, merece especial menção JOSÉ DE OLIVEIRA BARBOSA, um dos propugnadores do Ensino Militar, entre nós, na sua fase inicial.

Marechal do Exército brasileiro, Barão do Passeio Público e Visconde do Rio Comprido, foi também Ministro da Guerra, Conselheiro de Estado, respeitado por quantos o conheceram e tiveram a felicidade de seu contacto direto ou indireto, e Governador na Angola, levando a outro Continente a sua palavra ponderada e o seu tino de formidável administrador.

Não venceu batalhas, não tendo mesmo tomado parte ativa em lutas internas do país, mas educou e preparou, como professor e instrutor, com suas lições sábias e o exemplo de uma conduta reta e dedicada à sua profissão, a muitos daqueles que as venceram.

Cremos, pois, ser de elevada justiça o nosso esforço, relembrando esta grande figura do Brasil Colônia e do Brasil Império.

Nasceu JOSÉ DE OLIVEIRA BARBOSA aos 22 dias do mês de agosto de 1753 na Fortaleza de São João da Barra do Rio de Janeiro.

Foram seus pais o Ajudante Supra João de Oliveira Barbosa, oficial, servindo naquela praça de guerra e natural do Rio de Janeiro e D. Brites Junqueira de Andrade, natural da cidade de Santos e filha do Sargento-mór Francisco Pereira Leal, militar de vastas tradições, tendo tomado parte na expedição ao Rio da Prata de que resultou a fundação da cidade do Rio Grande, sob o comando do Brigadeiro José da Silva Paes e tendo sido também governador da citada fortaleza de S. João da Barra.

Sob as vistas do pai e do avô, (já reformado) e naquele ambiente militar onde a disciplina e o respeito se faziam sentir, passou a sua meninice, isto é, até chegar à idade onde os estudos se faziam mistér.

O seu preparo intelectual, iniciou-o e fortificou-o no Convento dos Franciscanos, desta mesma cidade do Rio de Janeiro onde sempre se mostrou aluno bastante aplicado, interessando-se de maneira surpreendente pelos assuntos novos que seus preceptores traziam à baila.

"Aos Jesuitas deve o Brasil o ensino público que detiveram em suas mãos nos dois primeiros séculos de nossa existência, perdurando até a guerra que lhes moveu o Marquês de Pombal, transferindo o ensino para o Estado e criando para mantê-lo o subsídio literário que custeava os ensinios primário e secundário (1772).

Aos franciscanos do Rio de Janeiro devemos, no final do século XVIII, a criação de um Curso de estudos literários superiores, que é tido como "a primeira e única tentativa feita no Brasil para a constituição de um curso universitário de estudos superiores e desinteressados".

(Vol. XX das Publicações do Arq. Nacional).

Filho e neto de militares, muito natural a resolução de José de Oliveira Barbosa de, concluidos os estudos, ingressar na carreira das armas, para cujo pendor muito contribuiu também a lembrança daqueles bons tempos da fortaleza de S. João da Barra.

Verificou praça, como Cadete Voluntário — tal direito lhe garantindo seus ascendentes — seu próprio pai tendo ascendido a Capitão a 27 de setembro de 1758 e a Sargento-mór desde 7 de agosto de 1766), na Segunda Companhia do Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro, aos 25 de janeiro de 1775, contando então 21 anos e 5 meses de idade e prestando nesse mesmo dia juramento às Bandeiras.

Por sua situação privilegiada de cadete, por seus dotes pessoais, nos quais eram evidentes a convivência com os frades franciscanos e sobretudo pelos conhecimentos que demonstrou e que o faziam distinguir entre os colegas de posto, somente 4 meses e 11 dias eram passados de sua praça que já galgava ao posto de 2.^o Tenente, sendo classificado na 8.^a Companhia do mesmo Regimento, isto aos 6 de junho.

Ao posto de 1.^o Tenente elevou-o o vice-rei Marquês do Lavradio a 6 de junho de 1776, justo um ano da sua anterior promoção, sendo então transferido de Companhia (para a 3.^a), continuando porém no mesmo Regimento.

Neste posto em que permaneceu mais tempo, frequentou a Aula Militar existente no seu Regimento onde satisfaz plenamente às condições exigidas no Curso Matemático de Artilharia, Fortificação e Desenho.

Esta Aula Militar que constituiu o primeiro curso militar teórico-prático organizado no Brasil, foi criada, com o caráter de uma aula regimental, para os oficiais e soldados da Artilharia, pela Ordem Régia de 19 de agosto de 1738. Inaugurou-a o Sargento-mór José Fernandes Pinto Alpoim, que além do serviço do seu posto, a que era obrigado no Regimento, tinha mais "o de ditar postila e ensinar a teoria da Artilharia a todos os que quizerem aplicar-se a ela".

Ao tempo em que José de Oliveira Barbosa nela se matriculou, a Aula já evoluira um tanto, tendo o ensino se ampliado.

Foram seus lentes o Tenente Coronel Antonio Joaquim de Oliveira e o Ajudante Caetano Pimentel, oficiais de grande preparo técnico que tinham vindo de Portugal, em 1774, nomeados especialmente lentes da Aula Militar, para intensificarem cada vez mais o preparo dos oficiais de Artilharia e iniciarem o ensino dos primeiros Engenheiros da Guarnição do Rio de Janeiro, com a ordem que traziam da criação de uma aula de Arquitetura Militar, funcionando no mesmo local da já existente, isto é, no Regimento de Artilharia.

O Marquês do Lavradio, no Relatório que fez ao entregar o governo do vice-reinado do Rio de Janeiro ao seu substituto D. Luiz de Vasconcelos e Souza, referindo-se aos oficiais do Regimento de Artilharia, diz do responsável pela Aula Militar, no período em que José de Oliveira Barbosa a cursou:

“O Tenente Coronel é Antonio Joaquim de Oliveira, o qual também é Lente de artilharia; não é inhabil, tem gravidade e conforme lhe permitem as forças se emprega no aproveitamento dos seus discípulos, achando-se já alguns deles com bastante adiantamento”.

Ainda como 1.º Tenente foi José de Oliveira Barbosa destacado para a Ilha da Trindade, por ato de 20 de fevereiro de 1784; partiu do Rio de Janeiro a 7 de março, regressando ao seu Regimento a 4 de maio do ano seguinte, retornando à Companhia de Mineiros em que fora classificado desde 17 de dezembro de 1783.

A sua promoção ao posto de Capitão e transferência para o comando da 7.ª Companhia de Artilheiros vem a se dar, por estudos, em função dos ótimos resultados obtidos no curso da Aula Militar, aos 13 de maio de 1783.

Três anos depois, com a transformação da Aula Militar do Regimento de Artilharia na “Real Academia da Artilharia, Fortificação e Desenho da Cidade do Rio de Janeiro”, nos primeiros dias da 2.ª quinzena de dezembro de 1792, já no vice-reinado de D. Luiz de Castro, 2.º Conde de Resende, é o Capitão José de Oliveira Barbosa chamado a ser um dos componentes do seu corpo docente, sendo eleito Primeiro Substituto do Lente da Aula de Artilharia.



Tenente General José de Oliveira Barbosa
★ VISCONDE DO RIO COMPRIDO ★

O Lente era o já Coronel Antonio Joaquim de Oliveira que tinha a seu cargo o ensino a ser ministrado aos alunos dos cinco primeiros anos da Academia, competindo ao seu Primeiro Substituto auxiliá-lo em suas aulas e substituí-lo em seus impedimentos.

Data a sua nomeação de 5 de dezembro de 1792, tendo sido a Academia inaugurada a 17 do mesmo mês e ano com a presença do vice-rei de Estado, o Conde de Resende.

De sua atuação como Primeiro Substituto do Lente da Aula de Artilharia, cargo que ocupou até 1795, quando passou a Lente, substituindo ao Coronel Antonio Joaquim de Oliveira, é bastante sejam citados, primeiro, o trecho de uma carta datada de 17 de julho de 1795, na qual o Conde de Resende se refere à parte que coube ao Capitão José de Oliveira Barbosa nos trabalhos da Academia e, depois, à informação prestada sobre ele, pelo mesmo vice-rei ao Rei de Portugal, ao pedir a sua promoção ao posto de Tenente Coronel, esta com a data de 23 de outubro do mesmo ano de 1795:

Eis a primeira:

"...não obstante ter recaído todo o peso deste importante serviço no mencionado Capitão, como substituto, pelas moléstias que padece o referido Coronel, o qual não só por este motivo como pelas obrigações que deve cumprir a respeito do Corpo que comanda que lhe não deixam tempo desembaraçado para assistir aos estudos nos dias destinados, assentei deveria ficar desobrigado do exercício de Lente a que não pode acudir, quando seriamente atenda ao Serviço do seu Regimento..."

E a segunda, que, com um intervalo de cerca de 3 meses da carta acima, seguia para Portugal:

"Capitão de Bombeiros — José de Oliveira Barbosa — que o era de Artilheiros por comissão desde 13 de maio de 1789. Tem 20 anos e 8 meses de serviço. Este oficial é um dos mais hábeis do Corpo em que serve e atualmente está empregado no lugar de Substituto da Aula Militar, a qual a maior parte do tempo depois dessa nomea-

ção tem sido regida por ele, porque tendo o Coronel com as obrigações de Chefe do Regimento também o justo embaraço de moléstias habituais que o oprimem e inhabilitam grande parte do ano, cujos embaraços inda que involuntariamente fariam um grande atrazo aos discipulos, quando não fosse substituida a sua Cadeira por um Oficial de tanto merecimento; me parece tão digno de prêmio que sem o menor escrúpulo, não só o proponho para Tenente Coronel agregado ao mesmo Corpo, declarado Lente de propriedade, recebendo o Ordenado desse emprego que indevidamente até agora tem pertencido ao Coronel atual; mas até suplico reverentemente a V. Exa. queira favorecer esta minha pretensão, da qual nunca me poderei arrepender, tendo esperanças tão bem fundadas das vantagens que resultarão ao Serviço de S. Majestade animando a um Oficial que por todos os caminhos próprios da sua profissão pode ser util”.

(Doc. da Sec. Hist. do Arq. Nac. — Col. 68; vol. 12).

• E, acrescentemos, sem que deixasse de administrar e comandar a sua 7.^a Companhia de Artilheiros, da qual passou para a de Bombeiros em 23 de outubro de 1795, data que corresponde à da informação prestada pelo Conde de Resende e que acabamos de ver.

De 1795 a 1798 ocupou José de Oliveira Barbosa, em caráter interino, o cargo de Lente da Academia, esperando chegasse de Portugal a notícia de sua promoção ao posto de Tenente Coronel, para então ser tornada efetiva a sua posição. O Aviso de 24 de setembro daquele último ano traz-lhe a promoção e a nomeação esperadas; é, então, em consequência, efetivado como Lente da Aula de Artilharia e empossado logo a seguir, a 20 de dezembro.

Período árduo foi esse em que assoberbado já de trabalho, acumulando dois cargos, o de Lente e o de Comandante de Companhia, teve aumentada a sua lida com mais um encargo de grande evidência a que não se escusou por demonstrar o grande conceito e o alto grau de confiança que nele demonstrava o vice-rei do Rio de Janeiro. Entre 4 de junho de 1796 a 16 de junho de 1797 ocupou o lugar

de Secretário de Estado do Vice-reinado, cooperando assim, como auxiliar direto do Governador, na administração do Brasil.

Por essa época, na sociedade local o prestígio de que gosava já era grande, figurando o seu nome entre os das pessoas de maior cultura.

Já na situação de Tenente Coronel teve lugar o seu casamento com D. Maria Tomazia de Oliveira Gonçalves, filha de um abastado comerciante, Tomaz Gonçalves e de D. Maria Angelica de Oliveira. Ato simples porem de vasta repercussão pois que a figura de mais alta projeção da Província e quiçá do Brasil, o Conde de Resende, nele figurou como uma das testemunhas.

Em 1802 é José de Oliveira Barbosa armado Cavaleiro da Ordem Militar de S. Bento de Aviz, por contar mais de 20 anos de bons serviços, recebendo a condecoração correspondente a 16 de novembro do mesmo ano.

No ano seguinte, em abril chega às mãos do vice-rei D. Fernando José de Portugal, o Decreto Real, assinado em 31 de janeiro, elevando-o ao posto de Coronel e nomeando-o para o Comando do Regimento de Artilharia que, pelo mesmo decreto, vagara com a nomeação do Coronel Antonio Joaquim de Oliveira para Governador da Ilha das Cobras.

Neste posto e naquele comando, assistiu formado à frente do seu Corpo "postado com o parque no largo fronteiro à Casa da Ópera e extendido pelo Cais ao lado dos três Regimentos de linha do Rio de Janeiro", ao desembarque do Príncipe D. João e da sua comitiva real, em 8 de março de 1808.

O primeiro decreto coletivo assinado pelo Príncipe, aqui no Brasil, aos 13 de maio desse mesmo ano de 1808, elevou José de Oliveira Barbosa ao posto de Brigadeiro Graduado dos Reais Exércitos, não o destituindo porem do Comando do Regimento e nem lhe tirando aquela ocupação de Primeiro Lente da Academia.

Nesse posto, Oficial General, com o mesmo zelo anterior, serviu, durante um ano e dois meses, nas suas antigas funções, até 12 de julho de 1809, quando, em virtude de seus merecimentos e dotes pessoais, se viu nomeado, por escolha especial do Príncipe D. João, para Governador e Capitão General do Reino de Angola, na África.

Só então deixou o Regimento de Artilharia em que labutara durante 34 anos, dos quais 17 também como Lente, e no qual firmara, através os seus ensinamentos na Aula Militar e a sua conduta na administração, o grande conceito em que era tido.

A um brasileiro nato era dada tão alta missão — a administração de um Reino em outro continente! E José de Oliveira Barbosa, o escolhido, não ia desmerecer da grande confiança que nele era depositada.

Nesse mesmo ano recebeu ainda a elevada distinção do título de Conselheiro, por carta Régia de 5 de agosto e no seguinte o foro de Fidalgo Cavaleiro, por alvará de 16 de março, sendo que esta última distinção recebe-a já como Marechal de Campo, posto a que fora elevado por imediata resolução de 23 de fevereiro de 1810.

Partindo para o Reino de Angola, chegou o Marechal de Campo José de Oliveira Barbosa a Benguela no dia 24 de maio de 1810, entrando no porto de Loanda, a capital, a 4 de julho. Tomou posse do governo a 7, recebendo-o das mãos do Conde de Porto Santo, Antonio Saldanha da Gama, seu antecessor, dando desde logo início à sua administração.

Cabe aqui agora a transcrição da parte de um artigo publicado no "O BRASIL HISTÓRICO", periódico histórico, político, literário e científico, escrito pelos Drs. Melo de Moraes e Melo de Moraes Filho, no número de 19 de fevereiro de 1882..

Diz o Dr. Melo de Moraes, referindo-se a José de Oliveira Barbosa:

"No seu governo, conforme li nas Memórias publicadas em Paris, em 1825, por João Carlos de Castelo Branco e Torres, ajudante de ordens de seu pai, o Governador e Capitão General de Angola, Luiz da Mota Feo e Torres, foi o Marechal José de Oliveira Barbosa o primeiro que conseguiu a comunicação, pelo interior da África, com a costa oriental, porque mandando um preto feirante, oficial de Henrique Dias, com ordens de atravessar o sertão, fosse a Moçambique e de lá voltasse pelo mesmo caminho à Loanda, trazendo do Governador daquela Capitania cartas em resposta às que nessa mesma ocasião lhe escrevia José de Oliveira Barbosa.."

Não juntara porem a esta descoberta os conhecimentos geográficos, pela ignorância de quem praticara a viagem”.

Pelo dito na transcrição acima, depreendemos ter sido pela iniciativa de um brasileiro e realizada por outro brasileiro (oficial de Henrique Dias), de quem infelizmente não temos o nome, a África Meridional atravessada pela primeira vez, de lado a lado, de oceano a oceano, ligando-se Angola e Moçambique através florestas virgens e desbravando-se assim o interior africano.

Outros serviços notáveis lembram ainda a administração de José de Oliveira Barbosa, naquela parte do Continente Negro: deu início à canalização das águas do rio Coanza, para abastecer de água potável a capital Loanda; estabeleceu nas planícies do rio Dande uma coudelaria para suprir a falta de cavalos que havia em Angola e mandou para o Rio de Janeiro, em diversas ocasiões, sementes de várias plantas uteis.

Nomeado por três anos, tão bem a sua administração impressionou à Metropole (Rio de Janeiro), que, terminados estes, foi reconduzido por igual período, recebendo ainda, por decreto de 13 de maio de 1813, como prêmio aos bons serviços prestados, o grau de Comendador, com a *respectiva* Comenda, da Ordem Militar de S. Bento de Aviz.

Findo o segundo triênio de governo regressou ao Rio de Janeiro onde foi nomeado, por decreto de 22 de janeiro de 1818, vogal do Supremo Conselho Militar e logo depois, a 6 de fevereiro do mesmo ano, dia da Aclamação e da Coroação de D. João VI, elevado à graduação de Tenente General. Contava já 64 anos de idade.

“O Supremo Conselho Militar, criação devida ao Príncipe Regente D. João, pelo alvará de 1.º de abril de 1808, entendia em questão que dissessem respeito ao Conselho de Guerra e Ultramarino, porem somente na parte militar. Devia compor-se de Officiais Generais do Exército e da Armada, já Conselheiros de Guerra e do Almirantado, existentes na capital e de outros officiais,

como vogais do Conselho, sem gozo das regalias e honras que coubessem aos Conselheiros de Guerra”.

(Vol. XX, das Publicações do Arq. Nacional).

Como Vogal do Conselho Militar esteve apenas 4 meses, porquanto a 13 de maio era nomeado Conselheiro de Guerra.

* * *

Com a revolução irrompida em Portugal, em 1820 — a qual teve como causas principais a *atuação* despótica do Governador Militar, Marechal Beresford, a inveja e o despeito pela demorada permanência da Corte do Brasil e ainda este elevado a Reino — O Brasil também ia passar por grandes transformações em sua ordem política e administrativa, a elas não ficando estranho o Tenente General José de Oliveira Barbosa.

Consequência direta daquele movimento, vitorioso em Portugal, aqui no Brasil, o povo (começando pelas províncias do Pará e da Baía), apoiado a uma parte das forças armadas, pronunciou-se a favor da nova Constituição liberal elaborada no Reino.

Precipitando-se os acontecimentos acordou D. João VI em escolher um Ministério mais popular e aprovou a nova Constituição para todos os seus domínios.

O juramento solene desta, teve lugar na manhã do dia 26 de fevereiro desse ano de 1821, na praça do Rocio, tendo o movimento revolucionário à sua frente o próprio Príncipe Real D. Pedro.

Preparadas a tropa e o povo e reunida a Câmara, cujos membros foram chamados às pressas, o príncipe D. Pedro, comparecendo à varanda do teatro, proclamou o Sistema Constitucional e asseverou que seu pai anuia aos desejos da nação.

Desde logo foi substituído o Ministério por um outro, do qual os componentes foram indicados pela tropa armada e pelo povo.

Neste entra José de Oliveira Barbosa como Chefe Comandante do Corpo de Polícia, figurando também a sua assinatura já como “Comandante da polícia”, no auto de juramento que foi assinado no mesmo dia pelo Príncipe D. Pedro, pelo novo Ministério e por cerca de 4.000 pessoas.

Após esses fatos, tendo demonstrado D. João VI, sob a influência de alguns de seus ministros portugueses, o desejo de regressar a Lisboa, iniciou-se, pela imprensa, um forte movimento favorável à total separação do Brasil de Portugal. São, entre outros, José Clemente Pereira, Januario Barbosa e Frei Sampaio que encabeçam o novo movimento, chegando a organizar um partido político.

O decreto de 7 de março, pelo qual el-Rei anunciava que deixaria no Brasil, como Regente, o príncipe D. Pedro, e a eleição dos deputados às cortes de Lisboa que teve lugar a 20 de abril, apressaram o regresso de D. João, partindo ele do Rio de Janeiro, a 26 do mesmo mês, com a família real e cerca de 4.000 acompanhantes.

O seu último despacho, no Brasil, assinado a 24, dois dias antes da viagem e após o beija-mão das despedidas, atinge a José de Oliveira Barbosa, elevando-o à efetividade do posto de Tenente General.

O prestígio que adquirira o Tenente General José de Oliveira Barbosa ainda se faz sentir, quando são o povo e a tropa chamados a eleger 9 deputados para a instalação de uma junta provisória, perante a qual serão verificadas as responsabilidades dos Ministros e secretários de Estado.

Na relação das pessoas eleitas, apresentada por Pedro Alvares Diniz, do Conselho de Sua Majestade, Ministro e Secretário de Estado, a 5 de junho de 1821, figura o seu nome em 3.º lugar, com 33 votos, tendo obtido 38 votos o mais votado.

Já no Império, é chamado a fazer parte do 3.º Gabinete Ministerial que vigorou durante 4 tormentosos dias, entre 10 e 14 de novembro de 1823.

Os seus conhecimentos sólidos, o seu passado e talvez a fama da sua energia férrea, cooperaram para que fosse chamado a 10 de novembro para o Ministério, cabendo-lhe a pasta da Guerra, justamente quando o Imperador precisava de dedicações fortes e extremas.

A sua ordem são concentradas tropas nas imediações de São Cristovão, próximo ao Palácio Imperial, temendo-se sérias alterações da ordem, provocadas pela agitação em que estava vivendo a Assembléia, motivada pela hostilidade tremenda que ao Imperador moviam os Andradas.

O decreto imperial de 12 de novembro que dissolveu a Assembléia Constituinte e Legislativa do Brasil, foi por ele referendado, como Ministro da Guerra e por Clemente Ferreira França, depois Marquês de Nazaré, como Ministro da Justiça. Tão importante decreto teve, pois, a assinatura com responsabilidade apenas de dois ministros, sendo um deles José de Oliveira Barbosa.

* * *

Em 1829, por Carta Imperial de 24 de outubro, para se lhe premiar os bons serviços prestados ao Brasil, foi agraciado com o título de Barão do Passeio Público. Recebeu esse título por ser o proprietário de uma excelente casa, construída em 1818, pelo arquiteto francês Grandjean de Montigny, que ficava quase em frente ao portão do Passeio Público e fazendo canto com a rua das Marrecas. Na época, além desta, havia, naquele local, mais três casas e a Oficina de Impressão Régia.

A Visconde do Rio Comprido foi elevado pelo decreto de 18 de julho de 1841, dia da coroação do Imperador D. Pedro II, recebendo esse título por ser o dono de uma grande chácara, denominada Rio Comprido, que comprara, desde 1805, a D. Apolinária da Costa, viúva do Capitão José da Costa.

Já bastante idoso foi reformado do serviço ativo do Exército brasileiro, onde era o oficial de maior graduação, no posto de Marechal do Exército. Em um documento, existente no Arquivo do Exército, em que José de Oliveira Barbosa "pede a Sua Majestade Imperial se digne mandar declarar a qualidade de sua reforma à vista do Decreto de 19 de agosto do presente ano", lê-se em nota à margem:

"Passe Patente de Reforma e o Posto de Marechal do Exército com o soldo da antiga tarifa".

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1842.

(as.) — *Manoel da Fonseca Lima e Silva*
Barão de Suruí.

A patente tendo sido despachada em 20 de outubro desse mesmo ano.

Com 90 anos e 8 meses de idade, faleceu no dia 2 de maio de 1844, no seu palacete da rua do Passeio, vitimado por hepatites-crônica, sendo sepultado no dia seguinte nas catacumbas antigas da Ordem Terceira de S. Francisco de Paula, na Igreja de S. Francisco de Paula, onde repousa ainda hoje.

Como última vontade, em carta que deixou, pediu à sua família que depois de sepultado não consentisse que tocassem em seus restos mortais.

* * *

JOSÉ DE OLIVEIRA BARBOSA foi um grande cidadão e perfeito militar. Muito fez para o Brasil e pelo Brasil.

Faz jús à nossa admiração.
